



2015

# Capacitação em GESTÃO DE RISCOS

Organização e execução:  
UFRGS E CEPED/RS

Realização:  
Ministério Da Integração Nacional  
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil





Apresentação

**GESTÃO DE RISCOS**

## APRESENTAÇÃO

O Brasil, devido às suas condições climáticas e fisiográficas, à aceleração do processo da ocupação humana em áreas suscetíveis a eventos adversos e ao consequente aumento da vulnerabilidade da população, está sujeito à ocorrência frequente de desastres. Estes resultam em prejuízos econômicos, danos humanos e ambientais e, em casos extremos, levam à perda de vidas humanas.

Para ter uma ideia da proporção desses fenômenos, de acordo com os dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, aproximadamente 39 mil desastres de grande magnitude ocorreram entre os anos de 1991 e 2012 no Brasil. Neste mesmo período, mais de 126.900.000 pessoas ficaram desalojadas, desabrigadas ou feridas em decorrência desses processos (CEPED UFSC, 2013).

Além dos danos humanos, os desastres causam prejuízos econômicos de grande monta. Como exemplo, citam-se as enxurradas que ocorreram no ano de 2008 em Santa Catarina e causaram, segundo estimativas do Banco Mundial (2012), um prejuízo de aproximadamente 4,75 bilhões de reais.

Grande parte desses danos pode ser reduzida drasticamente por meio de investimentos antecipados, durante e após os desastres. Nesse sentido, além do estabelecimento de ações estruturais e de mecanismos para pronto atendimento e resposta às situações de desastres, é imprescindível fortalecer no país uma cultura de gestão de riscos que garanta a implantação de estratégias voltadas à prevenção de desastres e ao gerenciamento mais eficaz dos fatores de risco a eles associados. Deste modo, faz-se necessário que

os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) estejam capacitados para atuar preventivamente, de forma a fomentar a proteção da população contra as consequências dos desastres.

A Lei Nº 12.608 de 2012 institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e dispõem sobre o SINPDEC, com o objetivo principal de reduzir o risco de desastres. Destaca-se o parágrafo XIII do Art. 5, no qual consta que: “É dever da União apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres”.

Dentro desse contexto e com o intuito de estabelecer orientações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) tem ofertado diversos cursos básicos relacionados à proteção e defesa civil, onde se inclui a presente capacitação em Gestão de riscos. Os conteúdos da Capacitação em Gestão de Riscos e suas formas de apresentação, como também a organização didática, incluem dinâmicas de aproveitamento do cotidiano do participante de forma a facilitar a aprendizagem. Este curso visa fornecer aos agentes de defesa civil uma base metodológica e conceitual comum para compreender as diferentes etapas da gestão de risco. Acredita-se que o mesmo constitui-se em um instrumento essencial para capacitar agentes de defesa civil para atuar preventivamente. O curso está estruturado em 9 Capítulos.

No Capítulo 1 são introduzidos os conceitos referentes à gestão de risco e

de desastres. É apresentada a mudança de paradigma da Proteção e Defesa Civil, a qual atualmente prioriza a prevenção, o conhecimento do risco e a capacitação dos agentes de Proteção e Defesa Civil e das comunidades, em relação às ações de resposta.

O Capítulo 2 apresenta conceitos básicos de gestão de risco de desastres necessários à compreensão de restante do texto. São introduzidos conceitos como suscetibilidade, perigo, ameaça, risco, resiliência, entre outros. Ele também inclui articulação dos componentes da gestão de risco, na forma de um esquema conceitual.

O Capítulo 3 abrange o contexto social do risco, refletindo sobre a sua produção. Ele também mostra a situação atual do risco na sociedade brasileira. São sintetizados os principais eventos extremos que ocorrem em cada região do Brasil, bem como sua distribuição espacial e temporal.

O Capítulo 4 aborda os componentes do risco e suas classificações, evoluindo para a identificação da suscetibilidade, da ameaça e perigo e das vulnerabilidades, assim como o uso de seus indicadores na Defesa Civil.

No Capítulo 5 são apresentadas as principais metodologias e técnicas utilizadas para realizar o mapeamento e avaliação da suscetibilidade, ameaça, perigo, vulnerabilidade e risco. Apresentam-se também os níveis de detalhamento e escalas recomendadas para cada tipo de mapeamento, além de uma descrição dos recursos e métodos mais utilizados no mapeamento de risco como, por exemplo, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

O Capítulo 6 mostra um panorama sobre percepção de risco, resiliência no contexto da gestão de risco e planejamento para a preparação da sociedade para lidar com o risco.

O Capítulo 7 trata sobre as medidas de intervenção estrutural e não estrutural para prevenir, mitigar e reduzir os riscos. Aborda também a importância da implantação de políticas públicas, Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) e participação social no processo de tomada de decisão.

No Capítulo 8 são abordados os sistemas de monitoramento, alerta e alarme, bem como a estrutura necessária para seu funcionamento, aparelhamento e apoio logístico.

O Capítulo 9 explica sobre as ferramentas de informação e comunicação dos riscos e seus objetivos.